

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VII - Nº 56 - MAIO DE 2019

EDITORIAL

Dia do Trabalhador

Maio começa com a data mais importante para o movimento sindical: o Dia do trabalhador. Este ano, a data segue ameaçada pela sombra da Reforma da Previdência e outras agendas retrógradas do governo federal. Neste momento, nos viramos para fazer o seguinte questionamento: qual é o papel do professor? Nesta edição, trazemos algumas matérias dedicadas ao que significa ser docente. Nas páginas centrais, temos a reflexão dos professores Carlos Oiti, João Ferreira e Romualdo Pessoa sobre o futuro da profissão. Também conversamos com o professor Marcilon Melo sobre as mudanças trazidas pela internet e pelas redes sociais: como o docente pode usar estas tecnologias e que cuidados deve tomar para não cair em armadilhas digitais. É uma situação que se complica, da mesma forma, para quem quer ingressar na carreira: conversamos com membros da ANPG sobre a falta de reajuste nas bolsas de pós-graduação, seus atrasos e o efeito negativo que isso tem na pesquisa e na vida pessoal dos pesquisadores. Ainda focado no docente, conversamos com uma fonoaudióloga sobre como o professor pode preservar sua mais importante ferramenta de trabalho: a voz. Por fim, trazemos uma entrevista com Rita Aparecida, do Centro Popular da Mulher do Estado de Goiás (CPM/UBM), sobre os impactos da Reforma da Previdência para as mulheres e sobre a presença feminina no mercado de trabalho.

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

CARREIRA



O FUTURO DO DOCENTE

Conversamos com professores de diferentes áreas sobre o que significa ser um educador nos dias de hoje

Páginas 8 e 9

PREVIDÊNCIA

Rita Aparecida fala às professoras sobre como a Reforma afeta mulheres **Página 13**

Foto: Luciana Porto

Trajectoria



◀ *Sempre crescendo: vindo do interior, Antônio Baleeiro dedicou 31 anos à UFG e continua lecionando*

Página 16

Internet

Como o professor pode lidar com as *fake news* e o discurso de ódio online

Página 11

“Como se fosse um favor”

Pós-graduandos sofrem com bolsas defasadas e atrasadas

Página 6

Saúde

A importância de cuidar da voz: principal ferramenta do professor

Página 10

Janeiro de 2019

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	377.046,46
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	2.310,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.666,11
1.4	Receitas Financeiras	8.590,34
1.5	Outras Receitas	1.046,99
1.6	Resgate de aplicações financeiras	925,21
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	2,41
Total R\$		391.582,70

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	67.370,46
2.1.2	Encargos Sociais	53.607,72
2.1.3	Seguro de Vida	720,61
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	2.632,15
2.1.5	Ginástica Laboral	650,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	27.243,04
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.234,05
Total R\$		153.458,13

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.363,67
2.2.2	Despesas com Correios	4.378,52
2.2.3	Energia Elétrica	3.682,39
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.005,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.815,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	4.830,50
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	3.420,53
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	4.632,54
2.2.11	Vigilância e Segurança	437,00
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.520,00
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	120,00
2.2.15	Água e Esgoto	594,57
Total R\$		41.199,72

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.413,67
2.3.2	Despesas com Táxi	317,68
2.3.3	Despesas com Coral	4.293,87
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	2.000,00
2.3.5	Diárias de Viagens	5.232,25
2.3.6	Tarifas Bancárias	496,82
2.3.7	Lanches e Refeições	38,23
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	8.180,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	2.409,90
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	479,12
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.255,95
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	7.765,41
2.3.16	Hospedagens Hotéis	2.667,30
2.3.17	Material de expediente	541,45
2.3.18	Outras despesas diversas	2.782,03
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.965,29
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.512,98
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.370,73
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	838,72
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	800,01
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	1.036,39
Total R\$		51.397,80

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	6.832,98
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	901,55
Total R\$		7.734,53

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.471,00
Total R\$		27.471,00

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	281.261,18
3 Resultado do exercício 01-2019 (1-2)	110.321,52

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	2.025,00
4.1.6	Outras Imobilizações	3.850,00
Total R\$		5.875,00

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	40,00
Total R\$		40,00

Total Geral dos Investimentos R\$	5.915,00
5 Resultado Geral do exercício 01.2019 (3-4)	104.406,52

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.


INFORME JURÍDICO
Adufg ajuíza ação contra medida provisória que fere autonomia sindical

O Adufg-Sindicato ajuizou ação contra a medida provisória 873. A ação busca que a MP não se aplique, criticada por ferir a autonomia sindical (artigo 8º da Constituição Federal).

Para o assessor jurídico do Adufg-Sindicato, Elias Menta, “a ação busca garantir a livre associação dos docentes e a manutenção da entidade, ambas ameaçadas pelo atual governo que busca minar as entidades sindicais e sua atuação, principalmente neste momento em que se pretende passar a Reforma da Previdência, que traz contornos e consequências dramáticas para os servidores públicos”.

Liminar determina contratação de professora em Catalão

Em decisão liminar, um juiz da 4ª Vara Federal de Goiânia deferiu um mandado de segurança para que a UFG realize a contratação da candidata aprovada em primeiro lugar em um processo seletivo para professor substituto na Regional Catalão (UFCat), contudo a Universidade negou sua contratação por entender que a falta da apresentação de diploma de conclusão da pós-graduação é óbice à comprovação da titulação.

Impetrado o mandado de segurança, o departamento jurídico do Adufg-Sindicato pediu para que a Universidade fosse condenada a contratar a aprovada, pois ela apresentou à UFG declaração de conclusão da pós-graduação emitida pela instituição onde cursou a pós. Na pendência da confecção do diploma, o documento serve para comprovar a titulação necessária à contratação.

“O juiz, acolhendo os nossos argumentos, ordenou que a UFG reconheça a titulação apresentada e proceda a contratação da candidata, vez que o diploma não é o único meio de comprovar a titulação obtida, tampouco pode ser transferido o ônus da mora na confecção do diploma à candidata que não deu causa à mora”, disse o assessor jurídico do sindicato, Igor Escher.

“Entendemos como correta a decisão do juiz federal, pois o diploma é uma mera formalidade à comprovação da titulação, que pode ser comprovada por meio de declarações, atas de apresentação de mestrado ou de defesa de doutorado, bem como qualquer outro meio idôneo”, completou o advogado. A decisão tem caráter liminar e cabe recurso.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VII - Nº 56

MAIO de 2019

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Luís Gustavo Rocha (JP 3195 GO)
Editor responsável

José Abrão (JP 3331 GO)
Edição e reportagem

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Guilherme Fernandes
Estagiário

Diagramação: Thamires Vieira

Data de fechamento: 09/05/2019

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br



Lara Lima Satler*

Escola Sem QUAL Partido?

O Programa Escola Sem Partido, criado pelo advogado Miguel Nagib em 2004, ganha notoriedade a partir de 2015 quando projetos de lei começam ser debatidos em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, bem como no congresso nacional. Mas esses projetos de lei que tramitam na política pleiteiam a retirada de que partido das escolas?

Vejam os. O projeto de lei de número 2.861/14, de autoria do ex-deputado e atual senador de Goiás Luiz Carlos do Carmo (PMDB) cria, no âmbito do sistema de Ensino do Estado de Goiás, o “Programa Escola Sem Partido”. Inspirado nos ideais da organização não-governamental Escola Sem Partido, de Nagib, o programa critica a partidarização e a doutrinação de programas de ensino, pugna a neutralidade política, ideológica e religiosa das escolas estaduais.

No município de Jataí em novembro de 2017, houve a aprovação do projeto de Lei 3.955, de autoria do vereador José Prado Carapô (Podemos) que institui o Escola Sem Partido na Câmara dos Vereadores, sendo sancionado pelo prefeito. Para o Ministério Público Federal, que instaurou um inquérito sobre o fato, a lei viola o princípio do pacto federativo, que disciplina a matéria, além de violar o direito à liberdade de ensino ao proibir que professores discutam sobre questões de gênero e sobre conteúdos cujos pais estão em desacordo. Em um país com altíssimas taxas de violência contra a mulher, a censura velada que a lei corrobora protege agressores e desampara agredidas. Em janeiro de 2018, a lei foi considerada ilegal, com indícios de inconstitucionalidade e repercussão negativa em rede de televisão nacional para a cidade.

Na Câmara de Vereadores de Goiânia, em dezembro de 2017, a maioria dos vereadores rejeitou o pedido de desarquivamento do projeto Escola Sem Partido, feito por Oséias Varão (PSB). Oséias defendeu, na época, que o conhecimento se produz ouvindo ambos os lados da história e, por isso, defendeu que o Escola Sem Partido fosse aprovado na educação municipal da capital. Foi voto vencido.

Considerando esses três breves exemplos, ocorridos em Goiás, uma questão vem à tona: o programa Escola Sem Partido defende exclusão ou inclusão partidária?

Vejam os mais de perto. De acordo com o texto dos Anteprojeto de Lei Municipal e Minuta de Justificação do Programa Escola Sem Partido, disponível no site do movimento, entre seus princípios estão: “IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Contudo, essa liberdade se refere ao estudante a aos pais, pois ao tratar de professores/as e autores/as de conteúdos didáticos a justificativa da lei apresenta que “É fato notório que professores e autores de livros didáticos vem se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas”, o que para o texto é chamado de doutrinação. Assim, “A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema público de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de determinados competidores”.

Ao partir da premissa que professores e autores doutrinam ao invés de ensinar, o texto da lei além de demonstrar pouca compreensão sobre o trabalho destes, desqualifica, mais uma vez, o trabalho do/a professor/a, dando-lhe uma liberdade restrita aos desejos e desmandos de estudantes e pais, que gozam dela em sua plenitude. Assim, um projeto como o Escola Sem Partido estimula ainda mais a desvalorização social da profissão, em um país que vê o exercício de ensinar com um dos piores prestígios no mundo. Segundo a Varkey Foundation, entidade que se ocupa com a melhoria da educação mundial, em 2019, enquanto o restante dos países participantes da pesquisa tiveram melhoras no status dos professores/as, o Brasil piorou, tornando-se a nação que mais desvaloriza docentes, dentre os 35 países investigados.

Além da desvalorização da profissão, a pesquisa revela desconhecimento da população brasileira quanto aos salários e horas de trabalho ao acreditar que professores/as são melhor remunerados e que trabalham ora mais, ora menos que outras profissões. É neste contexto de desconhecimento e desvalorização que o Escola Sem Partido prevê que docentes sejam vigiados pela escola e por estudantes, quando propõe que “As escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas deverão assegurar aos estudantes o direito de gravá-las”. Aprovar em lei que professores sejam filmados em suas aulas demonstra profunda distorção quanto aos desafios concretos que as políticas públicas têm no campo da educação brasileira.

Em vídeo, disponível na plataforma de streaming do YouTube, o senador eleito em 2018 pelo Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, um dos apoiadores do Escola Sem Partido, afirma que ao tentar ler Paulo Freire, não entendeu nada. E que se escrevesse em uma prova o conteúdo de seus livros seria reprovado por enrolação. Esse argumento demonstra mais desconhecimento de como se estuda e se investiga uma proposta teórica do que atesta sua fragilidade. O fato de não entender determinada proposta teórica, em uma primeira leitura, não significa que ela seja desqualificada, ao contrário disso, implica em um estudo sistematizado e com método a fim de aprendê-la, algo que nem o senador, nem o autor e tampouco os favoráveis ao Escola Sem Partido parecem saber.

O Projeto Escola Sem Partido não objetiva tirar partidos da educação, mas de tirar determinados partidos para incluir outros. Por isso, trata-se de um nome apenas retórico para um programa que deseja se ver representado na escola com os seus valores políticos e religiosos, fazendo-se passar por não ideológicos, nem morais ou partidários. Seria mais apropriado o nome Escola Com O Meu Partido, a minha religião e os meus valores, e que, como discutido, estão muito distantes de enxergar os desafios concretos da nossa educação. Mas um nome desses, convenhamos, não seria lá muito vendável para uma sociedade que pouco estuda e pouco valoriza o saber.

**Lara Lima Satler pesquisa sobre Performances do Audiovisual em Streaming, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás.*



João Augusto de
Lima Rocha*

A Escola Sem Partido é a negação da escola pública, gratuita e laica para todos

Claro que é extremamente chocante e deplorável a ideia do movimento Escola Sem Partido de colocar uma placa na porta de cada local de ensino, contendo prescrições a que cada professor deva obedecer, sob o risco de os alunos o denunciarem como sedicioso à justiça. Por conta de conter orientações indefensáveis e inaplicáveis, na prática, diante do que a humanidade tem, secularmente, como conceito de escola, o movimento Escola Sem Partido é concebido, propositalmente, para não ser aplicável, e parece que seus seguidores o defendem exatamente com essa intenção! Não é o ponto de vista imoral e pernicioso do projeto, entretanto, que está no centro das reflexões aqui desenvolvidas.

Escola Sem Partido é o aspecto externo, escandaloso, porém não essencial, de uma questão cultural fortemente incrustada na sociedade brasileira, que nunca abandonou a compreensão anterior à Revolução Francesa, segundo a qual educação tem de se conservar como um privilégio. Esse tema merece um exame acurado na obra clássica de Anísio Teixeira, intitulada “Educação não é privilégio”, aparecida em 1957, para a qual remeto aos interessados em se aprofundar na questão. É conveniente enfatizar, nesse ponto, que mesmo se plenamente obedecido o princípio constitucional de que a educação é “direito de todos e dever do Estado”, ainda assim não se obedeceria, necessariamente, o princípio, também essencial à democracia, “educação não é privilégio”.

Portanto, o perigo da proposta da Escola Sem Partido ser aprovada no Legislativo ou permitida pelo Judiciário, está, não em sua possível aplicabilidade mas, ao contrário, em sua inaplicabilidade congênita, calculada de antemão pelos proponentes, para a finalidade de desestruturar, e assim desmoralizar a escola pública, em vista do caos que seria gerado no ambiente escolar; ao ser tentada a aplicação de preceitos incompatíveis com a finalidade da escola de formar cidadãos para a convivência democrática.

Após desmoralizada e inviabilizada por completo a escola pública, a consequência seria substituí-la por um sistema de escolas privadas, subsidiadas pelo Estado, a ser controlado pelos pais ou, mais precisamente, pelos líderes das igrejas frequentadas pelos pais dos alunos, numa retomada fascistóide da fusão entre igrejas e Estado, no campo da Educação. Seria uma escola paga, porém aberta a um sistema de bolsas, na forma de *vouchers* cobertos pelo Estado, com a gratuidade a ser disponibilizada somente para os alunos julgados carentes.

Escola Sem Partido, em síntese, é uma proposta concebida para não dar certo, simplesmente porque seus mentores sabem, perfeitamente, que nenhuma escola é capaz de suportar um clima cotidiano de confronto, desconfiança e espionagem. O caos logo iria se instalar; eles calculam, na medida em que a maioria dos alunos iria perceber, sem demora, que o nefasto projeto iria fortalecer os interesses políticos de um grupo político bastante conservador, que quer inculcar valores formativos retrógrados na infância e na juventude.

A tese aqui desenvolvida também visa mostrar que a luta contra a Escola Sem Partido não pode se esgotar na conquista de sua negação pelo Parlamento ou pelo Judiciário, desde que, se o tema tocado é de natureza cultural (a escola do privilégio), embutido firmemente na vida social e política brasileira, desde os primórdios, então cabe também uma resposta no nível cultural, isto é, a criação de um forte movimento contra o fascismo, a ter lugar nas escolas.

A proclamação da República, em 1889, nos trouxe a formalização da separação entre Igreja e Estado. Igreja, com letra maiúscula, que quer dizer, praticamente, igreja católica, dada a predominância histórica dessa confissão religiosa no Brasil, mormente naquela época.

Instituição secular universal, a Igreja sempre teve por natural, desde tempos anteriores à Idade Média, o exercício de sua influência absoluta na vida dos povos do Ocidente. De modo que, mesmo que, formalmente, a República tenha decretado a separação entre Igreja e Estado, isso, na prática, muito pouco tem funcionado.

Somente a partir da instauração do movimento internacional Escola Nova, aqui

introduzido na década de 1920, sob a influência do filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859-1952), é que começa a haver uma reação consistente, no sentido de fazer-se valer a separação real entre Igreja e Estado, especialmente na esfera da Educação. Quem contribuiu mais decisivamente para o avanço desse processo foi o educador baiano Anísio Teixeira, que, ao ser nomeado dirigente da educação baiana, em 1924, somou-se ao renovador movimento escolanovista, do qual fizeram parte outros destacados educadores, a exemplo de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Carneiro Leão.

Na liderança do movimento pela escola pública universal, gratuita e laica, com coeducação (meninos e meninas na mesma sala de aula), reforçado pelo Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, Anísio escreveu o livro *Escola Progressiva - introdução à Filosofia da Educação*, entre 1932 e 1934. Na apresentação da obra, o autor propõe que *Escola Progressiva* deva substituir a denominação *Escola Nova*. Esse livro marcante mereceu uma reação bastante forte da Igreja, a ponto de o então frei Paulo Evaristo Arns, em crítica a um de seus capítulos, ter dado uma informação desconcertante, sobre que havia sido decretada, pela cúpula da Igreja, a proibição do famigerado livro. Afirma, pois, o frei Arns: “Desejaríamos que todos os intelectuais, católicos ou não, lessem esse capítulo. Por mais calejados que fossem, indignar-se-iam contra o método e a leviandade extrema do autor em julgar o passado. Mas, pelo C.I.C., Canon 1399, 2º, a leitura da obra *Educação Progressiva*, ipsa religionis fundamenta evertere nitens, está ipso jure proibida”.¹

A Igreja sempre pautou suas ações, com vistas à restauração da ligação umbilical com o Estado, particularmente no campo da educação, por uma atuação bastante ousada, atuando na contramão da República, ao encetar o combate vigoroso à universalização da escola pública no Brasil, principalmente contra o projeto de reconstrução educacional nacional elaborado pelo Movimento dos Pioneiros, de 1932.

O ataque ao suposto monopólio da educação pelo Estado, cuja liderança era injustamente atribuída a Anísio Teixeira, levou o frei Arns, no artigo citado, a apresentar uma síntese bastante elucidativa da posição da Igreja, por ele firmemente defendida, muito útil ao propósito do presente artigo.

Diz o frei Arns, em 1958: “Supõem, nem mais defendem, o Sr. Anísio Teixeira e tantos funcionários que possam derivar os dinheiros públicos do ensino, quase exclusivamente para os Institutos Oficiais. Ora, a justiça distributiva exige que o imposto, pago por todos, seja aplicado para o bem de todos. Reservando-o a si, o governo está coagindo financeiramente a todos os afortunados a procurarem escolas oficiais. E isso é certamente contra a liberdade democrática e, por vezes, uma violência à própria liberdade de consciência, pois os pais devem querer se prolongue a educação do lar (grifo do articulista)”.

Eis aí a síntese da muito cara bandeira da Igreja, denominada “liberdade de ensino”, que agora é reforçada pela atuação das igrejas pentecostais, segundo a qual o governo tem a obrigação de usar os recursos derivados dos impostos pagos por todos os cidadãos para financiar a escola privada, em particular a escola confessional, em detrimento da escola pública universal que, por suposto, seria uma escola perigosa, algo com a combatida escola com partido.

A tese anunciada no início deste artigo está, por fim, está provada: o movimento escola sem partido não é original dos seguidores de Lutero no Brasil, tal como hoje pode parecer; mas se insere muito mais fortemente na cultura cristã brasileira do que se imagina. Todo cuidado é pouco!

¹ Arns, Paulo Evaristo. *Anísio Teixeira versus Igreja*. Petrópolis: Revista Vozes, ano 52, nº 7, julho de 1958, p. 482 a 493.

*Professor Titular da Escola Politécnica da UFBA (aposentado), autor de diversas obras sobre a memória de Anísio Teixeira.

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por Daniel Christino

Eleição de delegados

Dia 20 de maio começa o período eleitoral para a escolha dos delegados que representarão as bases no XV Encontro Nacional do Proifes-Federação, de 1º a 4 de agosto, em Belém (PA). Cada sindicato tem direito a um número de delegados proporcional ao número de filiados.

Promete

A paralisação marcada por professores de todo o país para 15 de maio tem ganhado adesões espontâneas às vésperas da data por segmentos da sociedade insatisfeitos com as medidas que o governo federal vem divulgando.

Sem comemoração

O Fórum Goiano Contra a Reforma da Previdência e Trabalhista promoveu no dia 30 de abril, véspera do Dia do Trabalhador, uma mobilização para coleta de assinaturas em um abaixo-assinado contra as propostas da Reforma e preenchimento de cadastro de desempregados. Durante a ação, que aconteceu na Praça do Bandeirante, no Centro de Goiânia, representantes das centrais sindicais conversaram com a população sobre como a aprovação do projeto vai afetar a vida dos trabalhadores.

Mobilização

Já no dia 1º de maio, o movimento realizou uma passeata entre o Coreto da Praça Cívica e a Praça Universitária, onde as comemorações do Dia do Trabalho se encerraram com um ato político e atividades culturais com shows.

Sobrevivência

O Governo Federal bloqueou no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) 30% do orçamento de todas as IFES - Instituições Federais de Ensino Superior do país. Para a UFG, o bloqueio correspondente a R\$ 32 milhões e afeta diretamente despesas ordinárias como água, energia, contratos de prestação de serviços, restaurantes e hospitais universitários.

Contagem regressiva

Em entrevista à imprensa, o reitor Edward Madureira disse que é impossível terminar o ano com este corte. Para exemplificar, ele observa que só a conta de energia elétrica consome R\$ 20 milhões por ano. A instituição se posicionou por meio de nota reforçando a importância da defesa da universidade pública, convocando também professores, técnico-administrativos em educação e estudantes para reunião da assembleia universitária.

Estudantes

No 67º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE, Adércia Hostin, coordenadora do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), lembrou que em dois anos perdemos o foco do investimento em políticas públicas na área da educação, temos o desmonte do MEC e do Fórum

BOLSAS SUSPENSAS

Depois de anunciar o contingenciamento de 30% das verbas das universidades federais, o governo de Jair Bolsonaro abalou novamente a comunidade acadêmica suspendendo a concessão de bolsas de mestrado e doutorado. A medida não afeta os estudantes já contemplados com o benefício, mas sim os novos candidatos que já tinham verbas liberadas e previstas para 2019.



Foto: Luciana Porto

A EVZ é um dos pontos de coleta do projeto Tampatas, uma iniciativa que recebe doações de tampinhas de garrafa para vendê-las a empresas de reciclagem e reverter a renda para a castração solidária de animais abandonados. O projeto é desenvolvido em parceria com a Ordem dos Advogados de Goiás (OAB-GO), por meio da Comissão Especial de Proteção e Defesa Animal (CEPDA).



Foto: José Abirão

Desenho do artista goiano Luciano ZK feito no ano passado em comemoração ao aniversário de 120 anos da Faculdade de Direito da UFG. Provocadora, a arte traz a Justiça retratada como uma mulher negra. Esta não foi a única colaboração do artista com a universidade: em fevereiro deste ano, uma foto de uma de suas obras estampou a capa da revista da pós-graduação da Faculdade de História.



Foto: Divulgação

As jornalistas Amanda Sales e Juliana França lançam o livro *Crônica em Movimento: (In)confidências Cotidianas no Transporte Coletivo de Goiânia*. Publicado pela Editora Letramento, o livro está recheado de histórias de pessoas nas mais diversas situações que podem ocorrer em uma cidade grande, mais especificamente dentro dos ônibus. A publicação entrou em pré-venda pelo site da companhia.

Nacional de Educação, que construiu o Plano Nacional de Educação, no qual a UNE fez o enfrentamento para garantir a destinação de 10% do PIB para o setor.

Privatização

Para Adércia, além do desmonte que inicia na Emenda Constitucional (EC) 95 e transita na reforma trabalhista, existe uma tentativa de privatização geral de todos os serviços. “É preciso que a juventude não se cale, que os professores não se calem. Essa resistência não será breve”, alertou.

Protesto

O Adufg-Sindicato, o Sintego, Sintifego, Sintsep-go, CUT, CNTE, MTST, e outras entidades sindicais participaram de um ato contra a Reforma da Previdência. A concentração ocorreu em frente ao estádio Serra Dourada. De lá, cerca de 100 manifestantes caminharam a pé até a BR-153 onde foram bem-sucedidos em fechar parcialmente a rodovia por cerca de 40 minutos.

Direitos Humanos

O Grupo de Trabalho em Direitos Humanos: raça/etnicidade, gênero e sexualidades do PROIFES-Federação reuniu-se pela primeira vez neste ano na sede da entidade, em Brasília (DF) para debater ações para 2019 na luta pela ampliação dos direitos.

Agenda

Na pauta, debates de conjuntura em relação aos Direitos Humanos no Brasil, a participação do GT no XV Encontro Nacional do PROIFES-Federação, além da realização do II Encontro Nacional do GT em Direitos Humanos.

Manter Direitos

“Debatemos nessa reunião, que foi a primeira em 2019, a atual conjuntura social e política do país, e como ela afeta a pauta dos Direitos Humanos, e definimos como vamos agir neste ano, em defesa dos direitos conquistados e na busca por novos direitos”, afirmou o diretor de Direitos Humanos do PROIFES, Nildo Ribeiro (APUB-Sindicato).

Atualização

Goiânia sedia nos próximos dias 21 a 24 de maio a VI Reunião Brasileira de Citogenética e Citogenômica. O evento, que acontece no Hotel Mercure, tem como objetivo o intercâmbio de profissionais da área, promovendo o conhecimento, reconhecimento e a atualização sobre o tema. As inscrições devem ser feitas por meio do site do evento.

Foto: Luciana Porto



Estudantes do programa de Ecologia e Evolução da UFG relatam descaso com o benefício

“Às vezes parece que a bolsa é uma caridade”

Raísa Vieira e Carlos Klein, da ANPG, relatam a falta de reajustes e a difícil desvalorização dos pós-graduandos

José Abrão

A crise na educação que atinge os docentes está afetando também a pesquisa, especialmente os pós-graduandos. Com um número limitado de bolsas defasadas, muitos estão tendo que abandonar a pós ou conciliar com bicos para pagar as contas. As bolsas de mestrado e doutorado estão congeladas há 70 meses. O último reajuste ocorreu em 1º de abril de 2013, ou seja, são seis anos sem, sequer, corrigir a inflação. Neste intervalo, as bolsas passaram por uma desvalorização real de 38,89%. Como consequência, os mestrandos têm uma perda aproximadamente igual a R\$ 583 mensais, e os doutorandos cerca de R\$ 855. De janeiro de 1995 até janeiro de 2019, as bolsas passaram por uma desvalorização total de 140%.

Isto significa que se as bolsas fossem reajustadas anualmente desde 1995, corrigindo a inflação segundo o IPCA, a bolsa de mestrado seria equivalente a R\$ 3.633,52 e a bolsa de doutorado seria equivalente a R\$ 5.380,62 em janeiro de 2019. Com estes dados, fica fácil entender a complicada situação em que os estudantes de pós-graduação se encontram. Em Goiás, são dois cenários: os financiamentos nacionais, feitos pela Capes e CNPq, e o financiamento estatal através da Fappeg, que também não passou por reajuste.

Raísa Vieira e Carlos Klein são estudantes do programa de Ecologia e Evolução da UFG e

fazem parte da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e afirmam que o reajuste em 2019 é imprescindível. “O último aumento foi fruto da luta da ANPG e dos estudantes porque antes já havíamos passado por outro período de tempo longo sem reajustes”, relembra Raísa.

Atualmente, os valores são de R\$ 1.500 para o mestrado e de R\$ 2.200 para o doutorado. “Se isso fosse corrigido pela inflação, deveria ser cerca de R\$ 2.000 para o mestrado e de R\$ 3.300 para o doutorado”, afirma Raísa. “No Brasil o único lugar em que as bolsas estão mais ou menos neste valor é na Fapesp.” Segundo Carlos e Raísa, há um projeto tramitando na Câmara dos Deputados que associaria o reajuste das bolsas com a inflação, algo parecido com o que é feito com o salário mínimo.

No momento, porém, a situação mais grave é em Goiás: “temos uma situação mais crítica que é a Fappeg”, disse Raísa. “A Fappeg está atrasada desde dezembro e estamos há muito tempo tentando dialogar. Ficamos ligando para os funcionários e encontrando um certo desrespeito por essa percepção de que é um favor.” O último pagamento foi o de novembro que foi realizado em fevereiro deste ano. Em março, uma reunião foi realizada com o novo presidente da fundação, Robson Vieira, e dois comunicados oficiais foram publicados de que

providências estão sendo tomadas para o pagamento das bolsas atrasadas.

Além disso, o valor das bolsas pagas pela Fappeg é menor, pois ao contrário das bolsas nacionais ela não pede dedicação exclusiva. Portanto, o estudante estaria livre para conciliar um emprego. Porém, Raísa e Carlos acham a justificativa pouco plausível na prática, já que a cobrança sobre os pós-graduandos para horas em sala ou laboratório, produção de artigos e participação em eventos é cada vez maior. “É muito difícil. Quem trabalha é um verdadeiro guerreiro. Acho que tem uma incompreensão sobre a dedicação que se tem com a pós-graduação, que é visto como uma coisa secundária, algo que se faz no tempo livre, mas é um trabalho integral.”

O resultado é que muitos graduandos precisam improvisar para manter as contas em dia. “Às vezes a gente vê algumas pessoas que vão atrás de outras fontes de renda. Tem muitos que são revendedores de cosméticos nos laboratórios, às vezes fazem doces para vender, para dar uma complementada”, comenta Carlos. “A grande maioria dos programas tem muita gente sem bolsa, ela não é um direito universal ainda.”

Segundo ele, mesmo entre os bolsistas, muitos precisam fazer bicos como professores particulares ou de reforço, entregadores ou dirigindo para

aplicativos como o Uber. “Às vezes parece que a bolsa é uma caridade”, disse ela, frustrada. “Ah, não paga imposto. Tudo bem, mas também não estou contribuindo para o INSS. A gente termina o doutorado com 30 anos e nunca contribuiu, este tempo investido não conta. Não é essa maravilha.”

Carlos e Raísa contaram que a ANPG agora está tentando dialogar com todos os setores dentro do Congresso. “Todos que estão dispostos a investir em ciência e educação são possíveis aliados”, disse a pós-graduanda, “Nosso esforço é sempre de tentar garantir mais estabilidade para os financiamentos, porque como tudo fica como portaria, de um dia pro outro, isso pode acabar.”

O caso das bolsas já está afetando negativamente o rendimento dos programas e o desenvolvimento das pesquisas. Os estudantes temem que isto seja só o começo de um longo processo de sucateamento. Eles contam que houve, sem dúvida, uma precarização da situação dos estudantes em relação ao governo desde Temer. “Neste governo fica ainda mais difícil porque está em curso uma perseguição política à diversidade de ideias, à universidade como um todo. Ainda não tivemos nenhuma agenda com o ministro da Educação e de Ciência e Tecnologia”, lamenta Raísa.

Assédio moral no trabalho é pouco denunciado pelas vítimas

Luciana Porto

Antes de redigir essa matéria, o Jornal do Professor realizou uma ampla pesquisa em busca de estatísticas e informações sobre o assédio moral dentro das instituições públicas, sobretudo das universidades. Uma quantidade quase escassa de dados comprovaram que a prática é raramente denunciada pelas vítimas, o que torna o problema ainda mais difícil de ser identificado. Assim como as empresas privadas, as instituições públicas não estão imunes ao assédio moral. Pelo contrário, a cultura organizacional baseada no controle, hierarquia e poder reforça ainda mais esse comportamento no ambiente de trabalho, que pode se tornar crime caso o Projeto de Lei 4.742/2001 aprovado em março pela Câmara dos Deputados, passe também pelo Senado.

De acordo com a Juíza do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região do Rio Grande do Sul, Valdete Souto Severo, a prática do assédio moral não é recente, sendo considerada uma herança histórico-cultural dos mais de 400 anos de período escravocrata. Porém, apesar de estar sendo debatido e enfrentado com maior frequência em todos os sentidos, a maior parte dos trabalhadores que passam por situações de assédio ainda não se sentem encorajados a denunciarem. “Nem tudo é denunciado, e os ambientes de trabalho são muito assediadores. O capitalismo é naturalmente abusador, e as relações de trabalho estão cada vez mais frias e distantes. O trabalhador basicamente cumpre ordens e elimina a sua condição humana, isso traz muito sofrimento e frustração”, critica a Juíza.

Valdete pontua que as relações de trabalho no Brasil são de assujeitamento, e a maior prova disso são as punições administrativas, como por exemplo advertências e suspensões do trabalhador. “Não tem ne-

Comportamento comum no ambiente corporativo pode se tornar crime, apesar disso a legislação não intimida os assediadores, já que a prática – muitas vezes inconsciente – é herança histórico-cultural do período escravocrata

“ O capitalismo é naturalmente abusador, e as relações de trabalho estão cada vez mais frias e distantes. ”

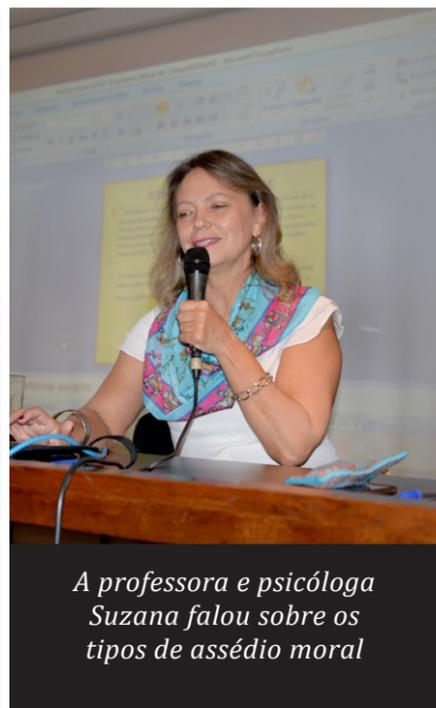
Valdete Souto Severo,
Juíza do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região do Rio Grande do Sul



Para a Juíza Valdete, o trabalhador é constantemente assediado

“ Pode acontecer, inclusive, do trabalhador sofrer o assédio misto, quando ele é abusado moralmente em todas as direções. ”

Suzana da Rosa Tolfo,
professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina



A professora e psicóloga Suzana falou sobre os tipos de assédio moral

nhuma previsão na CLT para esse tipo de penalidade. E todo mundo normaliza isso, acha que está tudo certo o empregador chamar, advertir, suspender, dar gancho. Isso é reflexo da relação senhor – escravo, que poucos anos depois da abolição ainda eram permitidos castigos físicos ao trabalhador”, comenta Valdete.

Caracterização

Quando se trata de assédio moral, é comum associá-lo apenas às relações em que haja ligações de poder, ou seja, do chefe para o subordinado. Contudo, existem outros tipos de assédio

que são poucos conhecidos. A professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Suzana da Rosa Tolfo, explica que o abuso pode acontecer de três formas: vertical e descendente, quando a prática é empregada pela chefia ao subordinado; vertical e ascendente, quando os subordinados assediam a chefia; e o horizontal, quando um grupo isola e assedia um membro da equipe e seu principal objetivo é eliminar concorrentes, sobretudo quando este indivíduo vem se destacando com frequência perante os superior-

res. “Pode acontecer, inclusive, do trabalhador sofrer o assédio misto, quando ele é abusado moralmente em todas as direções”, completa a docente.

Para ser caracterizado como assédio moral, o comportamento do assediador deve ser repetitivo e prolongado durante toda a jornada de trabalho. Apesar disso, Valdete critica que há formas de abusos considerados assédio, mesmo não acontecendo repetidas vezes. De acordo com a Juíza do Rio Grande do Sul, essa é uma tentativa “ridícula” de se incluir um tipo penal para assédio moral no ambiente corporativo. “Legislação não adianta! Estamos há dois séculos tentando resolver problemas sociais por meio de legislação. Nem sempre as coisas funcionam assim, às vezes tem um fato isolado que já caracteriza assédio. A legislação é o pior caminho que podemos seguir, é o tipo de Lei para inglês ver, devemos mudar é a nossa educação”, acrescenta.

Reforma

Segundo Valdete, a Reforma Trabalhista e da Previdência podem agravar ainda mais os problemas de assédio dentro das instituições. Ela comenta que esse processo estimula o vínculo precário de trabalho, a terceirização e coloca no mesmo ambiente pessoas com condições jurídicas diferentes. “Todos esses fatores incentivam a competitividade no ambiente de trabalho e as remunerações por metas, e essas são as causas determinantes para o assédio no ambiente de trabalho. Se o chefe é cobrado pelo alcance de metas, ele vai cobrar da sua equipe essas metas. Outro ponto que ninguém comenta é que as pessoas vão demorar mais para se aposentar, ou seja, os jovens não terão espaço no mercado de trabalho. É uma crise desumana!”, conclui a juíza.

Fotos: Luciana Porto

Qual é o futuro da

Conversamos com docentes sobre o



Foto: Luciana Porto

Romualdo Pessoa é docente do curso de geografia e ciências do IESA-UFG



Foto: Luciana Porto

João Ferreira é professor da Faculdade de Educação-UFG



Foto: José Abrão

Carlos Oiti é professor da Faculdade de História-UFG e leciona há mais de 22 anos

José Abrão

O 1º de maio marca o Dia do Trabalhador, momento de refletir sobre a carreira do docente. Afinal, ser professor é uma das profissões mais antigas do mundo e que segue sendo, no Brasil, uma das mais desafiadoras e desvalorizadas. O que o futuro reserva para quem tem a vocação de lecionar?

“Eu penso que vamos passar por uma transformação muito grande no âmbito da profissão docente. Passamos por várias revoluções tecnológicas e a escola (a universidade também, mas mais a escola) ainda é aquela de 200 anos atrás. Uma sala de aula típica de uma escola pública são carteiras, quadro negro, livro didático e giz”, disse o professor João Ferreira, da Faculdade de Educação (FE). “Nesta pedagogia mais antiga, o professor era o centro do processo de aprendizagem. Isto eu acho que vai mudar radicalmente. Acho que a tendência cada vez mais é o professor ser um mediador entre essa relação do aluno com o conhecimento”, disse.

O professor terá que “mudar radicalmente. Esta geração aprende de maneira diferente, não compreendemos bem isto ainda nem sabemos fazer esta articulação”. Ele dá como exemplo a forma como todos os alunos hoje estão em sala com smartphones e computadores e que isto muda em cada ambiente. “Em uma sala de mestrado ou doutorado, os alunos são mais maduros e estão conectados na aula ajudando a produzir. Isso significa que os alunos serão cada vez mais ativos no processo de aprendizagem, muito mais do que hoje”.

Viveremos cada vez mais em uma sociedade mais pedagógica. “Não se aprende só na escola, se aprende em todo lugar; essa geração dificilmente se senta na frente da TV pra ver o jornal: ela está vendo no seu computador; no seu smartphone, em que cada um define o que quer ver e compartilhar. São grandes desafios e estamos vendo surgir um outro contexto de ensino e certamente a universidade é muito mais desafiada do que foi no passado”, afirma Ferreira. O papel da universidade como guardiã da ciência deve permanecer e isto deve ser preservado como característica central da sua identidade, mas a forma de ensinar precisará passar por mudanças.

“Vamos ter que reinventar os currículos, o modo como ensinamos e a cabeça do professor. Nenhum professor universitário passa por um processo de formação pedagógica, partimos do princípio de que você tem domínio do conhecimento e que é capaz de trabalhar isso com os estudantes, mas ninguém te disse como”, comenta,

profissão docente?

que será do professor nos próximos anos

“acabamos criando hábitos distintos. Em cada curso tem um hábitos Então temos múltiplas universidades, múltiplas perspectivas de formação”.

O professor argumenta que estamos vivendo um momento de muita tensão sobre o futuro da profissão docente no Brasil. “Eu não imagino que vamos sair do atoleiro em que nos encontramos em termos de qualidade da educação se a gente transformar o professor em uma espécie de robô: controlado, que não sabe pensar, que vai dar o currículo mínimo porque ele vai ser cobrado e vai ser chicoteado se não cumprir as metas. É uma responsabilização enorme dos professores”, disse.

A pesquisas mostram que está diminuindo a procura pela profissão docente. Muitos cursos de licenciatura, sobretudo no interior, já não preenchem as vagas no processo de seleção. “Se a gente já tinha vagas ociosas, temos agora evasão. Dentro das licenciaturas a Pedagogia ainda se preserva um pouco, ela é um pouco diferente porque vai preparar o professor para duas etapas: a educação infantil e a primeira fase o Ensino Fundamental”, comenta Ferreira, “[o baque] é mais forte nas outras licenciaturas, principalmente da Filosofia e Ciências Sociais. Se torna pouco atraente para a pessoa terminar aquela licenciatura quando ela se torna pouco valorizada no currículo escolar”.

A educação depende de políticas públicas e renovação da didática. “É todo um processo, não tem como você investir só em um fator: só em infraestrutura, no professor ou no currículo. E precisa ser um processo em que a gente compreenda o que a gente está fazendo e por que a gente está fazendo e que a sociedade o assuma como prioritária”.

“A maioria dos professores tem uma visão de quem gosta da profissão e muitos se provocados choram ao ver estas mazelas. Tem um quê de paixão. Quem se torna em professor o faz por ter um lado muito humano. Na realidade do Brasil, não é nada fácil”.

Mudança na didática

“A carreira de professor é um chamado, é algo que te possui”. O professor Carlos Oiti, da Faculdade de História (FH), tem 22 anos lecionando na universidade, a maior parte deste tempo dando aula para calouros. Com o passar do tempo, ele percebeu que alguma coisa precisava ser mudada em termos de

didática. Ao seu ver, existe um problema que precisa ser fonte de reflexão que é a forma de leitura. Hoje ela é rápida e se dedicar às Ciências exige uma certa disciplina para ler, pensar, repensar, amadurecer e concluir. “É um dilema porque não é um problema moral nem é culpa dos alunos ou do professor: é uma cultura que acha que cada vez mais a rapidez é o padrão para resolver as coisas. Constituir sentido, na base da existência coletiva e individual, exige mais tempo”, reflete, “já não existe mais tempo para refletir, parar e conversar. É um dilema que todos nós temos que lidar”.

Ele afirma que a realidade hoje tem todos, alunos e professores, apressados e sem o tempo necessário para se dedicar adequadamente. “Eu sinto muita dor pelo massacre em que a cultura ocidental opera em termos de forma de leitura e de conhecimento. A universidade desde o século XIII tem como princípios reflexão, conversa, conclusão, oposição, crítica, debate, baseada em uma concepção de tempo que é elástica. Hoje, quem trabalha, vive correndo. Isso é um problema da cultura ocidental como um todo”, lamenta.

Ele lembra grandes autores, como Marx, Weber, Zimmel e Durkheim. Estavam inseridos em um ambiente de produção guiado pelo ócio criativo: “quando você lê uma obra desses gigantes você pensa ‘estou com vergonha de não conseguir produzir o que eles produziram’, mas a gente não leva em consideração que eles viviam em um âmbito cultural em que os cafés eram parte dos debates, a casa, o silêncio. Hoje, você precisa ler um livro: tem barulho; tem problema no emprego para resolver; tem uma pessoa que te ama que precisa legitimamente da sua presença. Como você vai dar conta disso?”, questiona.

Ele resume: “ler é muito difícil, precisa de calma, paciência, concentração, esforço. A gente lê porque a gente quer encontrar sentido no mundo, algo mais profundo, que explique o porquê de as coisas serem como são, porque as coisas serem como são não são satisfatórias”. Este problema se manifesta, argumenta Oiti, principalmente na cobrança constante por produção, um drama recorrente na vida docente: “o ócio é necessário, você precisa caminhar, sentar num banco de praça, ruminar, dormir. Existe um aplainamento da técnica. Ela enquanto ideologia trans-

pôs o seu lugar legítimo e hoje quer dominar todos os demais âmbitos. A técnica enquanto prática é uma conquista e vai continuar sempre”.

Ele conta que em 1997 a média de escrita de cada prova era entre seis e 11 páginas. Hoje em dia, quatro páginas. “A culpa não é de ninguém, é uma estrutura que mudou e você não tem como acompanhar se não pensar criativamente”, afirma Oiti, “não existe espaço para nostalgia, existe espaço para tentar adaptar sem ceder e para isso é necessária uma nova didática que leve essas coisas em consideração”. A busca pelo conhecimento, do aluno e do professor, deve ser um processo que desperte a curiosidade científica: “é preciso recuperar o prazer da leitura. Que não é ler isoladamente, você tem que ler sozinho, mas depois socializar a leitura, debater, comentar com os colegas. Isso vai te permitir começar a constituir sentido”. Para Oiti, isto não é apenas uma questão de erudição, mas de autoconhecimento: “isto não vai fazer efeito se você não inserir na sua própria existência. As Ciências Humanas, a História, a Filosofia, ao contrário do que tecnocratas dizem, elas surgem não para que você adquira erudição, mas para que você transforme a sua vida a partir do seu conhecimento. É um erro entrar nessas áreas e achar que você vai encontrar a chave para os segredos do universo: estas áreas são para botar dúvidas e não certezas”.

Relações

O professor Romualdo Pessoa leciona no curso de geografia e ciências ambientais do IESA e é ex-presidente do Adufg-Sindicato. Ele sente que as grandes mudanças afetaram principalmente a relação entre mestre e aluno. “Eu acho que esses anos todos que tivemos uma relativa liberdade, descambou um pouco para afetar a questão da autoridade. Sempre houve uma confusão entre ser uma autoridade ser autoritário”, afirma.

Ele lembra que foi do movimento estudantil e que “éramos duros naquilo que queríamos, exigentes, mas sempre tivemos uma relação de respeito dentro da universidade. Lutávamos pelos nossos direitos mas sabíamos do papel de cada um”.

Romualdo é muito crítico, por exemplo, do processo de avaliação dos docentes pelo corpo discente, que ele julga falho e um tanto belicoso. A avaliação “é muito importante, e sempre se argu-

menta que o aluno não pode se mostrar por medo de perseguição”, apresenta, mas aponta que os alunos podem usar a avaliação como uma “retaliação” ao professor: “você pode desqualificar quem você quiser sem ser responsabilizado. E por outro lado [a avaliação] não te dá um feedback. Não tem cabimento o aluno entrar no sistema e te dar zero em todos os itens”.

O relacionamento do professor com o aluno na graduação sofreu mudanças, pelo próprio ânimo, pela própria vontade de dar aula e por uma série de questões que foram criadas que colocam o professor no foco. “Se na universidade que tem que ser o ambiente para o debate, o professor tem receio a fazer crítica à reitoria ou o aluno tem receio de fazer crítica ao professor, alguma coisa está errada”, reflete, “ela tem que ser aberta. Esse embate que se cria entre professor e aluno, muda o foco dos problemas que são essenciais na universidade. Isto desgasta a relação com os professores”.

O professor reconhece que os tempos são outros, mas acha que a universidade deixou de valorizar algo fundamental: a graduação. “Eu tenho feito uma crítica muito forte à maneira como a graduação tem sido colocada em uma posição subalterna dentro da universidade. Porque é a pontuação da pós-graduação que tem trazido mais recursos para as unidades. Houve uma inversão na lógica do funcionamento da universidade”, comenta, “a graduação tem a maior quantidade de alunos e foi reduzida a essa posição. Acho que nisso os professores fizeram escolhas, priorizando a pós-graduação porque dá mais prestígio, dá mais pontuação. Tudo isso fez com que a graduação assumisse essa condição”. Talvez o caminho para esta reconciliação discente/docente esteja em valorizar a graduação, em que a relação aluno/professor é cotidiana e constante.

Tanto que Romualdo diz que sempre foi apaixonado por dar aula por causa dessa troca permanente entre mestre e aprendiz, que ele vê como engrandecedor: “não é só poder contribuir com os jovens que vêm para a universidade, mas por estar me atualizando, e por estar sempre em contato com novas gerações de jovens que trazem sempre novas formas de pensar. Sempre me inspirei em outros professores e isso pra mim é inspirador”.

Atenção com a saúde vocal deve ser redobrada por professores

Uso abusivo da voz pode causar problemas de saúde como nódulos, pólipos e edema nas pregas vocais. Alguns cuidados e mudança dos hábitos diários podem prevenir e até melhorar a rotina de aulas do docente

Luciana Porto

“Bom dia, turma!” Um cumprimento seguido do discurso ininterrupto de cinquenta minutos. E depois mais cinquenta. E de novo. E repetidamente ao longo dia. Essa é a rotina da maioria dos docentes. A categoria é uma das mais prejudicadas profissionalmente quanto a alguns problemas de saúde, sobretudo no que diz respeito à voz – o seu principal instrumento de trabalho. Pesquisadora na área e fonoaudióloga, Kelle Cristina Nogueira conta que a maioria dos professores da Universidade Federal de Goiás (UFG) não tem conhecimento sobre a importância dos cuidados com a voz e os hábitos que podem tanto causar quanto prevenir as doenças vocais.

No ano passado, o Ministério da Saúde aprovou o protocolo Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT), isso quer dizer que as doenças vocais ligadas ao ambiente de trabalho começarão a ser notificadas - mesmo que de forma não obrigatória, ainda. Para Kelle, isso significa um avanço muito grande na área da fonoaudiologia, já que será possível quantificar de uma forma mais real os docentes acometidos por problemas na voz. “Com isso vamos fortalecer mais a conscientização tanto dos professores para a saúde vocal e também as instituições, que devem oferecer melhores condições de trabalho aos docentes”, pontua.

Uma das principais doenças que acometem a voz por mau uso são os nódulos de prega vocal. A fonoaudióloga comenta que os fatores de risco

são justamente àqueles em que os docentes estão mais sujeitos, como falar alto e por longo período. Entretanto, além dos nódulos outros problemas podem surgir em função do abuso vocal, como o edema e os pólipos. “É importante que o professor faça sempre um acompanhamento de rotina com o otorrinolaringologista. Mas, a partir do momento em que ele apresentar sintomas como rouquidão, cansaço ao falar, dor no pescoço ou na laringe, presença de muito pigarro, o sinal de alerta já deve ser ligado.”

De acordo com a especialista, durante o período da aula os docentes devem ficar atentos a algumas questões que podem interferir no uso da voz, como o ar condicionado, que não deve estar ventilando diretamente sobre o professor; beber bastante água, pois a hidratação melhora as condições de vibração das pregas vocais e dilui o muco espesso; e evitar a ingestão de alimentos pesados e condimentados antes de falar por longos períodos, já que eles causam viscosidade nas pregas vocais. “É claro que não podemos deixar de mencionar também outro hábito que prejudica muito a saúde vocal, que é o tabagismo. Além disso, sempre alerta as pessoas para o uso de pastilhas e sprays, porque eles podem mascarar um problema já existente”, recomenda.



Fonoaudióloga Kelle Nogueira da dicas de proteção da voz

Conscientização

Ana Christina de Andrade Kratz, que é diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato e docente aposentada da Faculdade de Educação, comenta que a rotina do professor é muito acelerada, e na maioria das vezes não é possível realizar as devidas pausas para repouso da voz. Outro fator que ela lamenta é a falta de informação que a maioria dos docentes possuem quanto aos cuidados com a saúde vocal. “O professor que dá aulas às sete da manhã, por exemplo, sai de casa às pressas, deixa os filhos na escola

e já entra na sala de aula conversando com os alunos. Ou seja, não realiza um preparo ou aquecimento vocal anterior”, conta a diretora. O Espaço Cultural de Lazer e Saúde do sindicato já disponibilizou do serviço de fonoaudiologia para os professores, contudo a baixa demanda levou a instituição a encerrar o atendimento. Segundo Ana, esse é o reflexo da falta de informação que o docente possui com relação a própria saúde vocal. “A voz é o instrumento de trabalho dos professores, é importante realizar um trabalho de acompanhamento e prevenção.”

Cantar melhora a respiração e fortalece o diafragma

Quem canta, seus males espanta e também cuida da voz. Para cantar, é necessário respirar de forma mais profunda e controlada. Além disso, a atividade trabalha o diafragma, já que durante o canto, o músculo se contrai ao inspirar, e relaxa ao expirar e soltar o ar dos pulmões. Dentro do objetivo de proporcionar

o desenvolvimento intelectual, de bem-estar e da autoestima de seus parceiros, o Adufg-Sindicato possui o Coral Vozes da Adufg. O projeto é um estímulo aos professores filiados, familiares e convidados, sem custo de inscrição, matrícula ou mensalidade.

Para o professor do Coral, Marcos Santos, a atividade pro-

porciona diversos benefícios diretos e indiretos. De acordo com ele, trabalhando repertório variado, o corista desenvolve uma consciência e percepção do aparelho fonador e com isso melhora a capacidade respiratória. “Durante o canto, é possível perceber diferentes regiões de ressonância da voz e articulação. Além disso,

cantar também retarda a presbifonia, que é o envelhecimento natural da voz, melhora a postura ao cantar e falar, e melhora também estados psicológicos e emocionais”, completa.

Para mais informações sobre como participar do Coral Vozes, entre em contato pelo telefone (62) 3202-1280.

A propagação do discurso de ódio na internet

Como lidar e de onde vem estas interações cada vez mais beligerantes

José Abrão

Este ano a web faz 30 anos. Sem contar a origem militar dela, a rede foi criada dentro das universidades para facilitar a troca de artigos entre os pesquisadores. Uma origem um tanto nobre, baseada na troca de conhecimento para o ganho comum. Na era dos smartphones e 20 anos depois da propagação da Internet discada e da popularização do computador pessoal, o cenário é outro, especialmente nas redes sociais que se tornaram o cenário para verdadeiras batalhas campais cibernéticas: cyber-bullying, discurso de ódio e perseguição são apenas alguns dos problemas. “Como a gente vê com McLuhan, toda tecnologia nova que entra na sociedade tende a reformular todos os processos dessa sociedade e é o que a estamos vivendo agora e isto gera um pandemônio: as pessoas não sabem para onde ir”, comenta o professor da FIC, Marcilon Almeida de Melo.

Ele comenta que a terra das redes sociais permanece, até certo grau, sem lei ou com leis novas e específicas e o professor precisa se adaptar: O que pode ser confuso é que o papel do docente não mudou: “o professor é um ser pensante e livre por definição, o professor universitário, então, está em uma posição em que a sociedade de certa forma exige dele essa postura de pensador porque ele está na ponta de lança no processo de pensar problemas, provocar, propor soluções, questionar”, explica.

Porém, a internet dissolveu a fronteira entre a vida pessoal e profissional do professor assim como afetou a dinâmica com os alunos. “Quando você pega a relação professor-aluno-informação e adiciona o componente rede social, você tem a figura pública do professor que até pouco tempo atrás tinha uma distinção clara. Não existe mais barreira entre isso, então coisas são mal interpretadas, e o professor às vezes fica refém do próprio discurso”, diz Marcilon. Há, portanto, um quê de a vida do professor agora é mais vigiada: “ele não pode ir no Facebook, que é vida pública, e falar algo como falaria no íntimo da sua vida privada. Há uma ruptura de imagem que tem consequências que podem ser positivas e negativas”.

O professor orienta que o docente se polície e avalie bem o que comenta e compartilha, assim como o seu comportamento face a face, pois ele agora tem uma reputação online para zelar: “ele talvez pode refrear esse discurso porque sabe que as consequências podem ser profundas. As implicações negativas são



Foto: Divulgação

Marcilon Almeida estuda as mudanças na comunicação online

muito maiores que as positivas”, orienta, “é compreensivo que os professores estejam ansiosos e relativamente perdidos com essa mudança porque ela está gerando ansiedade em todos e novos comportamentos estão surgindo a partir disso”.

Esse é o X da questão: qual é a relação do professor com seu ensino, com seus alunos, com a mediação digital? Essa relação muda e, portanto, o ensino muda. “Isso tem a ver com ‘guerras culturais’. Hegemonicamente, o pensamento intelectual tem uma tendência a ser mais à esquerda no sentido de preservar valores humanistas, de optar pela empatia em detrimento de certos valores tradicionais, considerar grupos minoritários tão relevantes quanto os majoritários e lutar por maior equidade social”, elabora Marcilon, “isso abre alguns fronts por criar ressentimento em quem não acha que o discurso deva ser esse e aí incorremos no primeiro erro que é menosprezar esse tipo de pensamento, achar que quem é conservador deve ser renegado ao ostracismo”.

Esse ressentimento, agora, tem um terreno muito fértil para se propagar e, pior ainda, para se radicalizar. Essa é a semente da presente divisão e tensão

ideológica na sociedade como um todo que embora esteja se manifestando na prática na forma de governos à direita, tem toda a força do seu discurso consolidada e disseminada pela internet. Marcilon comenta que enquanto este debate e divisão estavam na universidade, não havia um problema muito grande por estar em um ambiente controlado. Uma vez jogada nas redes sociais, se torna incontável e com tendência a se tornar mais radical e histriônico.

O professor acredita que para combater este problema, a universidade tinha que estar pronta para debater e não para condenar estas correntes quando ainda eram insipientes. “Eu entendo um nacionalista britânico que acha muito importante manter a libra, existe uma questão simbólica muito importante aí que parte do pensamento hegemônico de esquerda nunca deu muita moral. Mas quando você adiciona a isso fatores como tecnologia e rede social, de uma hora para outra, você pegou pessoas que eram, digamos, ‘desajustadas’ e permitiu que esses caras pudessem se organizar”, resume.

Esta frustração, explica o professor, foi catalisada pelas redes sociais e

absorvida por figuras políticas. “A crise de 2008 foi o combustível adequado pra fazer isto pegar fogo. Começa na Grécia e no leste europeu a eleição de políticos de extrema direita já com a mesma narrativa nacionalista estabelecida de hoje: a Grécia elegeu o Estrela Dourada, partido anti-imigrantes tentando retomar valores da Grécia antiga. Então você vai ver Trumps e Bolsonaros surgirem com uma retórica muito parecida”.

Encurralados no cenário atual em que se propagam terraplanistas, Marcilon explica que a didática clássica de propagar informação dos docentes precisa ser reformulada, inclusive dentro da sala de aula, em que esse terraplanista pode ser um aluno: “o professor hoje está neste dilema, existe uma ruptura de identidades. Aquele cenário estável de como que a academia funcionava não está mais assim. A academia é um território livre, deveria estimular o pensamento livre e autonomia dos alunos e não a dependência intelectual do mentor ad eternum. Hoje essa relação passou a ser mais simétrica, mesmo que seja uma falsa simetria, porque institucionalmente os papéis ainda são claros, só que hoje o aluno teoricamente tem mais voz, especialmente se tiver de uma visão discordante do professor e for de alguma forma articulado politicamente”. Isto significa que o aluno, pelas redes, pode fazer um discurso ser ouvido e antagonizar o professor: “Acho que essencialmente o medo de muitos professores é esse: não o debate de ideias, mas a exposição pública com fatos pela metade”, disse ele.

Nossa melhor estratégia é olhar efeitos históricos de mudanças anteriores e aprender com o que já aconteceu. “Essencialmente ela está digitalizando todos os processos simbólicos que compõem o tecido da comunicação humana. E nisto a comunicação é modificada. O professor tem que saber fazer essa leitura, tentar entender o impacto que isso tem na atuação dele e não simplesmente ignorar: É pensar ‘como eu posso incorporar isso na minha metodologia e no meu estudo?’. O professor precisa ter muito mais responsabilidade sobre como age, o que fala e como comunica isso com os outros”.

“Existe um lado perverso dessa moeda de que mesmo alunos considerados de retórica insuficiente se sentem imbuídos e preparados intelectualmente para fazer grandes questionamentos e colocar em xeque o conhecimento de um professor que geralmente está anos-luz à frente do que aquele aluno viu no último vídeo no YouTube que discutia alguma bobagem sobre ‘marxismo cultural’”, arremata.



Formada em Direito, Lyzyê Inácio trabalhou como doméstica e escolheu o tema para sua pesquisa de mestrado na UFG

Seis anos após PEC das Domésticas, trabalhadoras ainda estão na informalidade

Pesquisadora da PPGIDH, Lyzyê Inácio Almeida associa o problema ao produto histórico-cultural de um Brasil colonial e escravocrata. Não cumprimento dos direitos básicos trabalhistas, injúria racial, assédio moral e sexual fazem parte da rotina das empregadas

Luciana Porto

No mês de abril, o Brasil completou seis anos da promulgação da Emenda Constitucional 72, mais conhecida como PEC das Domésticas (PEC 66/2012). Apesar disso, a realidade dessas trabalhadoras ainda está distante do que é proposta pela legislação, que equipara os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) mostram que, no final de 2013, os empregados domésticos totalizavam 5,97 milhões, sendo apenas 31% com carteira assinada. Já em 2018, o percentual de formalidade caiu para 28%, do total de 6,27 milhões de pessoas ocupando essa posição.

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestranda do Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH), Lyzyê Inácio Almeida explica que a raiz da desvalorização do trabalhador doméstico é um produto histórico-cultural. Segundo a pesquisadora, fatores atuais como a informalidade e a baixa remuneração são reflexos do Brasil colonial e escravocrata. “Mesmo nos dias de hoje, os negros e pobres ainda são a maio-

ria dos empregados que atuam nas funções domésticas. E ainda nos deparamos com outras questões muito mais sérias, que é a discriminação, o assédio moral e sexual dessas trabalhadoras. Ou seja, o sistema escravocrata ainda existe, só que agora ele está mascarado”, critica.

Negra e ex-empregada doméstica, Lyzyê conta que a escolha do tema para a sua pesquisa de mestrado não aconteceu por acaso. Depois de graduada, ela advogou por um tempo na Casa da Juventude de Goiânia, onde atendia famílias carentes. Porém, a instabilidade financeira fez com que a pesquisadora se dedicasse aos estudos para concursos públicos, e quando recebeu a proposta para ser babá de uma criança em meio período do dia, enxergou uma oportunidade para ganhar um dinheiro para suas despesas mais básicas e tempo para estudar. “Me ofereceram duzentos reais por semana apenas para cuidar da criança. Mas, no decorrer do tempo eu já estava realizando todos os serviços domésticos da casa”, lamenta.

Lyzyê comenta que os principais pontos que refletem o abuso do empregador, são o não

cumprimento dos direitos trabalhistas, sobretudo a não assinatura da carteira de trabalho, que garante ao trabalhador inúmeros benefícios, o desvio da função e também as horas extraordinárias não pagas ou compensadas. De acordo com ela, normalmente a empregada doméstica recebe uma proposta inicial que, aparentemente, é boa para ambos os lados, contudo a situação muda completamente depois. “Ela começa a fazer algumas atividades que não estavam combinadas, ficando até depois do horário, assumindo compromissos não ditos anteriormente, e acaba virando refém disso porque precisa daquele emprego”, explica.

Além do não exercício dos direitos básicos trabalhistas, Lyzyê aponta que as trabalhadoras domésticas esbarram em outro problema: o assédio e a discriminação. A pesquisadora comenta que, antes mesmo da contratação, as candidatas às vagas já sofrem com anúncios vexatórios que pedem “moças de boa aparência” para trabalharem em casa de família. Segundo Lyzyê, isso fere princípios básicos dos direitos humanos, que é a dignidade e o respeito. “No papel a

PEC das domésticas é linda, mas ela não acontece na prática. Até hoje temos casos, por exemplo, em que a empregada doméstica – mesmo cozinhando para os patrões – tem de levar para o trabalho a própria comida, os próprios talheres e pratos para se alimentar na casa onde passa a maior parte do seu dia.”

A injúria racial e o assédio sexual também fazem parte da rotina dessas empregadas. Termos como “neguinha”, “pretinha”, e atitudes como patrões (do sexo masculino) que andam somente com roupas íntimas pela casa na presença da empregada, acusação de roubo e diversos outros comportamentos caracterizam esses tipos de crimes. “Uma cena clássica é no primeiro dia de trabalho a patroa deixar um dinheiro à vista para testar a trabalhadora. Tem uma página no Facebook, que se chama ‘Eu empregada doméstica’ que traz muitos relatos assim e tantos outros piores. Se antes o quilombo era uma forma de resistência, hoje as redes sociais ajudam nisso. É botar a boca no trombone, é uma luta diária”, completa.

“Nem todas as mulheres precisam ser feministas, mas todas precisam respeitar o movimento”

Líder sindical e representante de movimentos feministas em Goiás, Rita Aparecida fala das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e das principais dificuldades que a mulher encontra ao ocupar espaços públicos

Luciana Porto

A desigualdade de gênero ainda é uma realidade muito presente no mercado de trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada no quarto trimestre de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o número de mulheres na atividade produtiva é bastante inferior ao dos homens, na proporção de 71,5% para 52,7%. Além disso, as mulheres estão em ocupações menos valorizadas socialmente, como áreas da educação, saúde e serviços sociais (21%) e domésticos (14%). O *Jornal do Professor* conversou sobre o assunto com a diretora do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO) e do Centro Popular da Mulher do Estado de Goiás (COM/UBM), Rita Aparecida.

Jornal do Professor: Como a mulher está inserida no mercado de trabalho atualmente?

Rita Aparecida: É importante ressaltar que as mulheres continuam atuando em posições iguais ou semelhantes aos homens e ganhando menos. Além disso, existem dados que comprovam que as mulheres ocupam mais o mercado informal do que os homens, estão mais desempregadas, e entram para o mercado de trabalho mais tarde. As mulheres também acabam ficando em profissões semelhantes a que elas atuam no próprio lar, como a área de limpeza; da saúde, porque as mulheres são vistas como cuidadoras; da educação, porque elas são responsáveis pela educação da criança dentro do grupo familiar.



Fotos: Luciana Porto

Militante do feminismo, Rita Aparecida critica a desigualdade de gênero

JP: A mulher também sofre discriminação por causa da sua dupla jornada?

Rita: As mulheres são a maior parte dos desempregados por este motivo. É a mulher que gesta, pare, amamenta e cuida, e isso nos torna frágeis no mercado de trabalho. Na maioria das vezes as mulheres são inqueridas numa entrevista de emprego se elas têm filhos ou se não são laqueadas, e essas perguntas não deveriam sequer fazer parte de uma seleção, mas sabemos que são feitas verbalmente durante o processo. Além disso, ainda tem a questão da aparência. Se existe uma disputa de vaga, e uma mulher negra

se apresenta, ela será rejeitada. As mulheres negras sofrem muito mais que as mulheres brancas.

JP: A aparência também está ligada ao assédio sexual?

Rita: Esse é um elemento que, por mais que seja mascarado, ele está muito presente no mercado de trabalho. Uma mulher branca, loira, de boa aparência logo no processo seletivo já é assediada. E as mulheres negras sofrem muito mais com isso, são vistas como objetos de exploração sexual. Isso é muito presente no mercado de trabalho, acontece muito e as mulheres denunciam pouco. Esse é um tipo de perseguição muito forte porque envolve o homem, que tem força física; que tem ten-

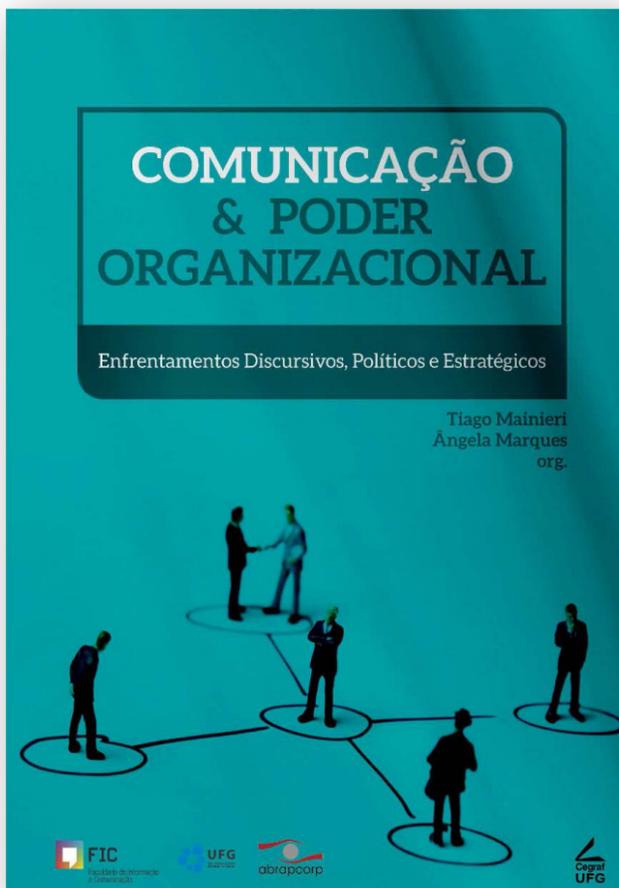
dência violenta; que está envolvido num processo de assédio, mas tem uma família constituída. Ou seja, esse homem tem muito a perder, e não vai medir consequências para prejudicar essa mulher.

JP: Como a Reforma da Previdência pode prejudicar ainda mais a carreira da mulher?

Rita: Nós estamos na mira da Reforma da Previdência. A idade para se aposentar vai aumentar e o tempo de contribuição também. Falando especificamente das professoras, se aprovada a proposta iguala as mulheres e homens em tempo e idade, e elas vão precisar trabalhar até os 60 anos. É muito escancarada a ideia de que o alvo do produtor dessa Reforma é a mulher. Vivemos numa sociedade extremamente machista, e quando a mulher ocupa os espaços públicos ela precisa ser forte. Desde crianças, somos criadas para vivermos no doméstico, enquanto os homens para dominar o mundo.

JP: Você tem algum conselho para as mulheres que lutam pelo seu espaço?

Rita: Quero dizer que nem todas as mulheres precisam ser feministas, mas todas precisam respeitar o movimento. As feministas são a vanguarda, e se hoje nós vestimos calça, roupa curta, temos liberdade de ir e vir, e sermos respeitadas por quem nós somos, devemos isso à luta das feministas. Quero pedir para todas as mulheres que se aceitem e aprendam a ser mulher numa sociedade machista. Se você sofre violência física na sua casa, saiba que você tem que lutar contra isso. Se essa violência, além de física é também emocional, financeira ou psicológica, eu peço cuidado. Faça essa luta por você!



Comunicação & Poder Organizacional

Tiago Mainieri e Ângela Marques
Gráfica UFG/ 240 páginas

O presente e-book, que reúne a reflexão dos autores em torno da temática central do XI Congresso, pretende contribuir na produção do conhecimento, fomentando a discussão sobre comunicação e poder organizacional. Os textos que integram esta obra foram elaborados a partir da contribuição dos autores nos debates que tiveram lugar durante o congresso. O livro está estruturada em duas partes. A primeira parte, “Comunicação, poder e organizações – dimensões teóricas” traz aos leitores os textos dos conferencistas de fora do país Lee Edwards e Øyvind Ihlen e dos pesquisadores brasileiros Márcio Simeone Henriques, Ângela C. Salgueiro Marques, Rennan L. Martins Mafra, Luis M. Sá Martino, João José A. Curvello e Basilio A. Sartor. Na segunda parte, “Comunicação, poder e organizações – dimensões aplicadas”, os leitores terão a oportunidade de dialogar com os textos das pesquisadoras Vânia Penafieri, Ana Lucia R. Novelli, Carolina F. Terra, Cleusa Maria A. Scroferneker, Renata Andreoni, Luciana B. Gomes, Francielle B. Falavigna e Fernanda L. Moraes.

A educação ambiental e a química: caminhos e possibilidades no contexto escolar

Yasmine Fernandes Oliveira, Gerso Pereira Alexandre, Daryellen Ramos Arantes, Maico Roris Severino, Nyuara Araújo da Silva Mesquita, Vanessa Gisele Pasqualotto Severino
Gráfica UFG/ 17 páginas

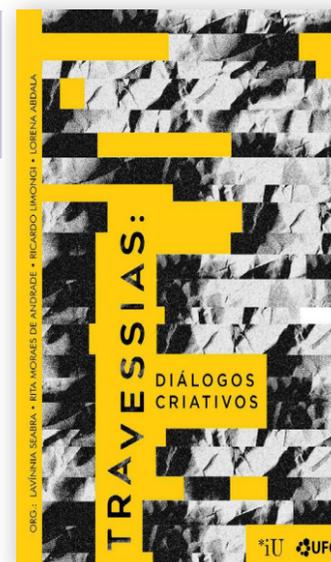
Este livro é uma obra coletiva que relata as atividades e percepções do projeto de extensão intitulado “Educação ambiental nas escolas: qual a maneira mais adequada de tratar os resíduos produzidos por você?”. Tal projeto foi realizado por um grupo de professores e estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG), os quais buscaram disseminar práticas e conhecimentos relativos à questão ambiental. As atividades do projeto foram desenvolvidas no período de agosto de 2016 a julho de 2017.



Travessias: Diálogos Criativos

Lavínnia Seabra, Rita Moraes de Andrade, Ricardo Limongi, Lorena Abdala
Editora da Imprensa Universitária/ 416 páginas

Este livro é resultado de inquietações nascidas no curso de Especialização a distância em Processos e Produtos Criativos, da Universidade Federal de Goiás, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O trabalho, iniciado em novembro de 2016, apresenta contribuições de professores do curso, de grupos de pesquisas relacionados à área, de alunos e convidados, sobre conteúdos, projetos de investigação, temas tangentes à economia criativa, bem como questionamentos acerca da contemporaneidade.



Metodologia de ensino para altas habilidades/ superdotação na educação básica: pesquisas bibliográficas

Wanderley Alves dos Santos
Gráfica UFG / 97 páginas

O livro traz capítulos de trabalhos produzidos na disciplina Metodologias de Ensino para Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica, do Mestrado Profissional em Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. As produções são de profissionais de diversas áreas que trabalham na educação básica e conhecem os desafios da atuação com alunos desse público. Os capítulos desta obra visam introduzir o leitor ao tema e discutem a importância do desenvolvimento do potencial criativo dos estudantes.



Primeiro Quintart do ano faz homenagem às mulheres

O primeiro Quintart de 2019 fechou o mês de março com uma ampla homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento expandiu a temática através de cores e decoração. O evento destacou grandes mulheres da história assim como diversas professoras da UFG. As

atrações também foram femininas, com a contadora de histórias Edvânia Braz e com apresentação musical da cantora Luciana Clímaco. Mais de cem pessoas compareceram ao evento que teve um mural especial em que as mulheres podiam escrever e deixar recados umas para as outras.



Evento reuniu docentes na sede administrativa do Sindicato

Fotos: Guilherme SF

Docentes e funcionários do ICB recebem homenagem na Assembleia Legislativa

Em sessão especial presidida pelo deputado estadual Antônio Gomide, o ICB foi homenageado pelos seus 50 anos de história. Para celebrar, foram entregues certificados de mérito legislativo. Entre os homenageados estavam os professores Heleno Dias Ferreira, Cirano José Ulhoa, Luiz Fernando Kratz, Lee Chen Chen, que fez uma breve fala em nome dos homenageados, e o vice-presidente do Adufg-Sindicato, Walmirton Tadeu D'Alessandro. Para Walmirton, esta homenagem destaca as pessoas que ajudaram a constuir o ICB e é como um 'muito obri-

gado': "esta unidade contribuiu de maneira muito forte para a sociedade goiana. Esta homenagem resgata esse tipo de coisa e sai dos muros da universidade para vir para a assembleia que representa a comunidade". "Hoje é um dia de festa para o ICB. Temos sempre que lembrar o passado para que as novas gerações que chegam ao ICB possam realizar o que estes fundadores fizeram", declarou o diretor Gustavo Pedrino, "o ICB não nasceu grande: ele foi feito grande por estas pessoas que o transformaram na maior unidade da UFG em vários aspectos".

Sindicato cobra posicionamento do Siass quanto a insalubridade

O presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, se reuniu com o gestor do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass), João Francisco Martins e Silva e o pró-reitor de Gestão de Pessoas (Propessoas), Everton Wirbitzki da Silveira. Na ocasião, Flávio entregou à Everton um documento sobre os adicionais de três grupos de professores de Jataí: um que teve o adicional cortado, outro que teve o adicional reduzido e outro que até hoje não recebe adicional. O pró-reitor se comprometeu a resolver as pendências: "estamos atentos". O segundo ponto levantado foi sobre o cronograma de inspeções técnicas que serão realizadas pelos técnicos do trabalho ao longo de um ano e meio,

ao contrário dos seis meses acordados com reitor Edward Madureira. Everton justificou que o prazo é provavelmente maior do que o necessário. "Queremos nos assegurar de que os servidores não fiquem sem laudos", disse, "vamos trazer engenheiros e médicos do trabalho do Brasil inteiro, uma força-tarefa de oito profissionais". Ainda quanto ao tempo necessário para realizar cada inspeção, João Francisco disse que o Siass está sobrecarregado: "nós não temos o recurso necessário para realizar a contento todas as demandas que recebemos, que é pessoal". Mesmo assim, ele afirmou que os engenheiros estão empenhados quase exclusivamente nas inspeções e que o cronograma será cumprido.

Ana Kratz recebe homenagem do Grupo Travessia

O Grupo Travessia homenageou a professora Ana Chistina Kratz, diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato. Eleita "Mulher Destaque" do ano, Kratz teve a trajetória de lutas lembrada. "Todos sabem o carinho e a admiração que eu tenho por ela. É meu braço esquerdo e direito. Com a Ana aprendi muito sobre o movimento sindical", disse o diretor-presidente do Adufg, Flávio Alves da Silva. Colegas de Kratz na Faculdade de Educação (FE) recordaram a atuação acadêmica da professora. "Foi marcante em todas as dimensões presentes na carreira universitária: no ensino, na pesquisa, na extensão

e na administração, inclusive sindical", comentou José Luiz Domingues ao lado da professora Laís Terezinha Monteiro, com quem Ana Kratz conviveu na FE em uma amizade que rendeu frutos para além da universidade. "Minha prática política teve início no movimento estudantil secundarista no ano de 1958. De lá para cá, me demoli inúmeras vezes. E construí. Mas não construí sozinha. Minha obra é social e compartilhada", reconheceu a professora Ana, atribuindo seu legado a um coletivo de mulheres. As professoras Jane Sarques, coordenadora do grupo Travessia, e Eliane também colaboraram para a homenagem.



Diretora recebeu homenagem das mãos do presidente do Sindicato

Fotos: Guilherme SF

“O professor nunca fica velho”

Antônio César Baleeiro dedicou 31 anos à UFG e mesmo aposentado não consegue ficar longe da sala de aula

José Abrão

“Nenhum dos meus pais tinha ensino superior. Meu pai tinha o terceiro ano primário. Minha mãe tinha um pouco mais”, conta o professor Antônio César Baleeiro que dedicou 31 de seus 61 anos à Escola Engenharia da UFG. Natural da zona rural de Teófilo Otoni (MG), ele é o irmão mais velho de sete filhos e começou a estudar tarde, aos 9 anos de idade. Veio para São Miguel do Araguaia ainda adolescente e só se mudou para Goiânia depois de terminar o antigo primeiro grau. O gosto pelos estudos e a mudança para Goiânia vieram de dois tios, Aloísio Rocha Baleeiro, funcionário do antigo Dergo, que o trouxe para fazer o segundo grau na capital, e Armando Rocha Baleeiro, tio dentista, que sempre o encorajou a estudar e a aprender. “Foram decisivos. Algumas coisas são determinantes na vida”, relembra, “eu gostava muito de Física, de História, de Matemática. Lá no interior já tive professores de Matemática muito bons. Professores que foram decisivos e eu me destacava na parte de eletricidade e eu tinha afinidade com a área, era atraído por ela”.

A vontade de ingressar na faculdade foi um misto de incentivo, gosto pessoal e influência dos professores. “Quando você tem alguns bons professores, que você gosta, você toma como modelo. O papel do professor na sociedade é muito importante e é de uma responsabilidade muito grande porque ele vai mostrar não só o conteúdo, mas a forma de ser. Um bom professor é um norte”, explica. Mesmo no interior, ele conta que teve professores muito bons de Matemática e quando chegou ao final do ensino básico já gostava muito de Física e se sentia muito atraído pela área da



Foto: Luciana Porto

Antônio Baleeiro foi um dos precursores da pós na Engenharia Elétrica

eletricidade.

Entrou na UFG em 1978 cursando engenharia elétrica e logo em seguida ingressou como professor assistente no Estado, dando aula para adultos no curso supletivo. Foram sete anos como celetista, um período muito difícil em que tinha que equilibrar as responsabilidades de um curso rigoroso com as responsabilidades do emprego além de dificuldades financeiras. “Eu dava aula para adultos no supletivo e avalio que foi uma experiência fundamental. Essa pessoa mais velha já tem experiência de vida. Foi uma aprendizagem fantástica”, comenta.

Quando se formou, outra barreira: “o mercado de trabalho estava muito ruim, não tinha emprego”. Uma saída veio pelo incentivo e encorajamento de um professor da faculdade. “Eu tive alguns professores da engenharia, entre eles o Paulo César Miranda Machado, que enxergaram o

meu potencial e apostaram em mim, me incentivando a entrar na UFG. Quando ingressei, em 1985, eu dava aulas para ex-colegas que estavam atrasados no curso (risos). A vida tem dessas coisas”. Ele conta que os professores jovens foram muito incentivados a estudar e a se qualificar e Baleeiro acredita que o encorajamento dos professores mais experientes foi muito importante.

Fez mestrado na UFU e o doutorado na Unicamp. Quando retornou, em 1997, se envolveu com o processo de criação da pós-graduação na Escola de Engenharia, que saiu do papel no ano seguinte. Depois ele chegou a ser chefe de departamento e coordenador do programa de pós-graduação, que foi muito desafiador. “Tivemos conceito 3, conseguimos ir pra 4, caímos pra 3 de novo até nos consolidarmos, conseguimos o doutorado. Tivemos um amadurecimento muito

grande nesses 20 anos de pós-graduação, que nos orgulha muito”, relembra.

“Esse período foi fundamental para a escola, de muito idealismo e determinação que resultou no que temos hoje: uma escola de engenharias que nos dá muito orgulho com pós-graduação e professores qualificados”, afirma, “claro, ainda tem o que melhorar, mas a universidade é isso mesmo, sempre vamos melhorando, sempre trabalhando com recursos limitados”. Ele conta que faz sentido que a universidade seja cobrada por sua pesquisa e por sua presença na sociedade, pois é para isso que ela serve, mas que não é simples. “O que faz a universidade é isso. É a produção. Outra coisa muito importante é a repercussão desse papel na sociedade, que se transforma em produtos e soluções. Esse processo de amadurecimento não é um processo rápido”, declarou.

Se aposentou na UFG após 31 anos: “senti que precisava ter um tempo pra mim e cuidar da minha saúde. A gente vai trabalhando e esquece da gente. Muitas pessoas têm essa dificuldade”, justifica. Porém, não conseguiu ficar totalmente longe da sala de aula e continua lecionando na graduação e pós-graduação de instituições particulares. “A educação é onde você se encontra, você se realiza em ter o que ensinar e encontrar quem quer aprender. Não tem coisa melhor para um professor do que ministrar uma aula para uma sala que quer aprender”, conta, “foi um período engrandecedor para mim. Como professor você está sempre crescendo. Tenho muito respeito pelos meus colegas. Ser professor é uma profissão em que você não fica velho”.